

DATA-BASE

Fórum começa a preparar campanha

Professores e funcionários das três universidades estaduais paulistas — USP, Unesp e Unicamp — já começam a se mobilizar pelo reajuste salarial deste ano, cuja data-base é o próximo Primeiro de Maio. Em reunião do Fórum das Seis, realizada dia 26 de janeiro, foi aprovado o início do movimento. Nas próximas reuniões deverá ser definido o índice de reposição salarial a ser apresentado ao Cruesp (Conselho de Reitores das Universidades do Estado de São Paulo).

Na mesma reunião, o Fórum também aprovou várias iniciativas em defesa da isonomia salarial entre as três universidades estaduais, cobrando do Cruesp o pagamento do abono de dezembro para os servidores da Unesp.

Alegando falta de recursos, o atual reitor da Unesp não pagou, até o momento, o abono devido aos professores e funcionários de sua unidade. A situação mais aviltante, entretanto, é a do

Centro Paula Souza, cujos professores e funcionários ainda não receberam sequer o reajuste de maio último.

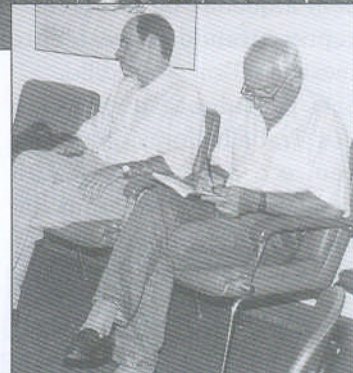
Outra proposta discutida e aprovada pelo Fórum é a da transformação do abono de novembro, já concedido pela USP e pela Unicamp, em reajuste salarial, de modo a que ele seja incorporado ao salário mensal pago aos servidores.

Os representantes dos professores e funcionários das três universidades paulistas aprovaram, também, o início das discussões para apresentação de emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1999, que será votada pela Assembleia Legislativa em junho deste ano.

O Fórum, a exemplo do que já ocorreu em outras campanhas, irá propor uma maior interação com os estudantes da USP, Unesp e Unicamp com o propósito de aumentar a pressão sobre os reitores, deputados estaduais e o governador Mário Covas.

Defesa do ensino público

Fotos: IEA



O Instituto de Estudos Avançados (IEA) deu início, dia 29 de janeiro, aos trabalhos da Comissão de Defesa da Universidade Pública, que tem por objetivo elaborar um texto-base sobre os desafios que a universidade pública deverá enfrentar a curto e médio prazos. A comissão é coordenada pelo professor Alfredo Bosi, diretor do IEA, e conta com a participação dos professores Jair Borin, Ana Maria Pessoa de Carvalho, Ana Maria Bianchi, Carlos Alberto Ferreira Martins, Celso Beisiegel, Jair Lício Ferreira Santos, Nilson José Machado, José Jeremias de Oliveira Filho, Oswaldo Ubriaco Lopes, Alceu Pinho Filho, Franklin Leopoldo e Silva, Amélia Hamburger, Sérgio Mascarenhas, José Mário Pires Azanha, Alberto Carvalho da Silva, Luiz Roncari e Carolina Bori.

Caso Daniel aguarda relatório

As duas comissões criadas no âmbito da USP para acompanhamento e apuração das causas da morte do garoto Daniel Pereira de Araújo, no dia de Finados do ano passado, na raia da USP, ainda não apresentaram seus relatórios conclusivos. As comunidades do campus e da favela Jardim São Remo aguardam essas informações, que são muito importantes para os desdobramentos do caso. Um debate para o resgate dessas informações e reflexão sobre a abertura do campus está marcado para o próximo dia 6 de março no campus, em local e hora a serem confirmados. A promoção do evento está sendo coordenada pelas entidades que compõem o fórum contra a violência no campus.

XVII Congresso Andes

O Andes realizou, em Porto Alegre, entre os dias 6 e 11 deste mês, seu XVII Congresso. No último dia do encontro os professores decidiram entrar em estado de greve, contra o programa de bolsas implantado pelo MEC para as universidades federais. A greve, segundo planejamento da direção do Andes, poderá ser deflagrada em março. Durante o Congresso foram inscritas duas chapas para disputar em maio a direção da entidade. Luiz Carlos Soares (UFF) representa a corrente "Andes Autônoma e Democrática", e Renato de Oliveira (UFRGS) a "Oposição 2".

Págs. 3, 4, 5 e 6.

Entidades da USP, Unesp e Unicamp protestam contra assassinato de índios em Chiapas

Fotos: Daniel Ruiz Garcia

Aproximadamente cem pessoas participaram de um Ato em frente ao consulado do México em São Paulo, dia 29 de janeiro, em solidariedade à luta zapatista e para protestar contra o governo daquele país, em especial contra o massacre de Acatel que causou a morte de 45 indígenas no estado de Chiapas em dezembro passado. Diretores da Adusp, Adunesp, Adunicamp, STU e Sintusp juntaram-se aos representantes de outras entidades sindicais, políticas, eclesiais e estudantis durante o Ato que durou três horas e terminou com a queima de um boneco representando o presidente mexicano Ernesto Zedillo.

O presidente do Partido dos Trabalhadores, José Dirceu, e o líder do MST, Gilmar Mauro, entregaram um manifesto assinado por 37 entidades brasileiras à con-

sulesa Martha Navarro. O documento denuncia os crimes cometidos por grupos paramilitares contra o povo mexicano e exige a desmilitarização no estado de Chiapas.

Em frente ao consulado foram feitos discursos enfatizando a necessidade de solidariedade e defesa dos direitos dos trabalhadores em todo o mundo e contra o projeto neoliberal de globalização.

Todas as entidades signatárias do manifesto aprovaram a formação de um comitê permanente pró-zapatista no Brasil.

No encerramento os manifestantes deitaram-se na calçada do consulado representando os centenas de indígenas assassinados no estado de Chiapas nos últimos anos.



Manifestantes deitaram-se em frente ao consulado do México. No destaque, Gilmar Mauro (MST), Osvaldo Coggiola (Adusp) e Osmar Marchese (Adunicamp).



CNPq e Capes cortam bolsas

Seguindo a determinação do presidente Fernando Henrique Cardoso de cortar em 10% os gastos com as bolsas — Decreto nº 2.370 - novembro de 97 — o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) deverá extinguir cerca de doze mil benefícios.

No ano passado, o CNPq pagou 50.380 bolsas, no Brasil e no exterior, gastando R\$ 490,8 milhões. Este ano, esse valor será reduzido em R\$ 50 milhões.

Serão nove mil vagas para Iniciação Científica, em vez das 18 mil de 97; duas mil para Mestrado e apenas 630 para Doutorado.

Na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o estrago foi semelhante: do or-

çamento de R\$ 390 milhões, relativo ao ano de 97, foram cortados R\$ 40 milhões. Seguindo o diretor de programas da instituição, Luís Loureiro, a diminuição, em 10%, do número de concessões de bolsas novas — em relação ao ano passado — não foi suficiente para se adaptar à nova realidade. "Infelizmente tivemos de fazer vários cortes. Um dos que mais sofreu, foi o Programa Especial de Treinamento (graduação)".

A Capes não vai desligar nenhum dos atuais bolsistas. O corte de R\$ 20 milhões na área de fomento não vai prejudicar os beneficiários. O repasse dessas verbas vai deixar de ser de responsabilidade da Capes e passar para o MEC.

Federais iniciam 98 no vermelho

Falta de investimento na educação e o desmonte do ensino público superior provocados pelo governo, em 97, começaram a mostrar seus primeiros resultados. O ano novo mal começou e as universidades federais já somam um déficit de R\$ 60 milhões em suas contas.

Para dar continuidade às atividades acadêmicas já programadas na agenda deste ano, essas instituições terão de lançar mão de recursos próprios para zerar o rombo no orçamento e evitar maiores prejuízos ao ensino. Isso porque a dotação de verbas do MEC destinada às federais em 98 (R\$ 360 milhões) é insuficiente para pagar as despesas mínimas necessárias.

(Agência Andes)

Universidade da baixada santista

O vice-presidente da Adusp, Marcos Nascimento Magalhães, participou em dezembro de uma reunião em Cubatão que debateu a retomada do processo de instalação de uma universidade pública na baixada santista. Além de deputados estaduais, estiveram presentes à reunião representantes dos sindicatos dos petroleiros, dos trabalhadores da construção civil, dos comerciantes e dos professores.

Os parlamentares e o vice-presidente da Adusp ressaltaram a importância da implantação desta universidade levando em consideração o desenvolvimento socioeconômico, tecnológico e cultural da região, assim como a geração de novos empregos.

Docentes declaram estado de greve

Paralisação nas federais pode ocorrer em março

Professores reunidos no Congresso do Andes debateram e encaminharam sobre questões organizativas e financeiras, de políticas públicas, movimento docente e sindical. Prevaleceu o debate sobre análise de conjuntura e a possibilidade de deflagração de greve no próximo mês.

Reunidos em Porto Alegre para a realização do XVII Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), cerca de 350 professores, representando 93 Associações Docentes decidiram que a categoria entraria em estado de greve até o dia 27 deste mês. A paralisação, prevista para ser iniciada no dia 14 de março, tem o propósito de repudiar o programa de incentivo à graduação, anunciado pelo governo federal no início deste mês, e denunciar o sucateamento da universidade brasileira.

Segundo manifesto distribuído em Porto Alegre, "o programa é um ato autoritário de um governo que há três anos se nega a negociar reajuste com os docentes e servidores públicos federais". Antes do anúncio do programa de bolsas do MEC, o presidente Fernando Henrique havia dito que os docentes teriam um aumento salarial "substancial".

No dia 3 de março será realizada uma rodada nacional de assembleias em todas as seções sindicais do Andes com o propósito de avaliar e deliberar sobre a possibilidade da decretação da greve. Nos dias 7 e 8 serão realizadas reuniões com os coordenadores dos setores das universida-

des federais, estaduais e particulares e no dia 10, 11 e 12 nova rodada de consulta aos setores para confirmar a posição das assembleias locais.

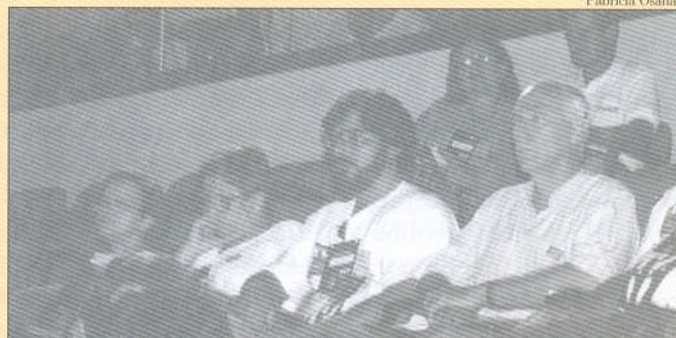
Somente com as bases mobilizadas a diretoria do Andes pretende deflagrar a greve por tempo indeterminado. "Antes, porém, vamos tentar realizar uma reunião com o ministro Paulo Renato Souza", disse Fernando Molino Pires, diretor do Andes.

Segundo o programa do Ministério da Educação e Cultura, cada instituição federal de ensino superior receberá uma cota de bolsas correspondente a, no máximo, 60% da quantidade de professores com doutorado, 50% dos que têm mestrado e 30% da quantidade de professores com especialização. Os valores são: R\$ 1.100 para o doutor, R\$ 750 para o mestre e R\$ 400 para os que têm especialização.

A Andifes (Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior) vai ouvir seus Conselhos Universitários (COs) para avaliar a implantação da medida. A direção do Andes vai se reunir com os dirigentes da Andifes para solicitar que a entidade não acate as determinações do governo em relação a esta questão.

De acordo com documentos emitidos pela diretoria do Andes após a realização do Congresso, o programa do governo não responde a demanda por reajuste salarial isonômico, trata desigualmente as universidades em função do mecanismo de cotas variáveis, e exclui os docentes de 1º e 2º Graus das escolas técnicas e CEFETs, os não titulados, os titulados em pós-graduação, os docentes em regime de 20 horas e os aposentados.

Delegados da Adusp



Assembleia da Adusp aprovou o nome dos seguintes docentes para participar do XVII Congresso do Andes:

Jair Borin, Osvaldo Coggiola, Lighia Horodynski-Matsuhigue, Iraci Palheta, Antonio César Fagundes, José Nivaldo Garcia e Otaviano Helene.

Roberto Romano fala sobre C&T durante o Congresso

Em 8 de fevereiro, segundo dia do Congresso, 40 professores reuniram-se no auditório da Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, para debater a atual situação e as possíveis soluções para as questões referentes à Ciência e Tecnologia (C&T).

Para o professor Roberto Romano (Unicamp), coordenador do Fórum de Defesa do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, a mobilização da classe universitária, em relação às questões de C&T, é muito lenta. "O problema é a mentalidade de que o trabalho científico paira acima da conjuntura social, econômica ou política", afirma Romano. Os professores debateram o corte no orçamento do CNPq (cerca de 12 mil), bem como a ampliação dos investimentos privados em C&T.

Roberto Romano disse que considera o papel do Andes



fundamental na mobilização dos professores de todo o país na defesa de uma política de C&T voltada para os interesses nacionais. Para ele, no entanto, esse papel do sindicato tem sido restrito, em contraste com sua grande inserção na base. Segundo Romano, o Andes tem uma estrutura fantástica, maior do que muitos partidos políticos e que, por isso, dispõe de condições de mobilizar os docentes em todas as unidades da federação.

Definidas candidaturas para

Nos dias 12 e 13 de maio os docentes de todo o país estarão
Duas chapas foram inscritas durante o XVII Congresso real-
"Andes Autônoma e Democrática", e Renato de Oliveira (UFRGS) a "Op

Estamos vivendo um momento de muita dificuldade para os movimentos sindicais e sociais porque o governo FHC intensificou a implementação do seu programa de reformas neoliberais. Além disso, ele procura sistematicamente desconhecer os sindicatos, as entidades representativas e os movimentos sociais. Dentro desta conjuntura de muita dificuldade, me parece que a atual diretoria do Andes tem feito o possível para atender os anseios do grande conjunto do professorado das universidades federais encaminhando suas reivindicações frente ao governo.

A chapa Andes AD, se vencer a eleição, vai pautar seu trabalho na defesa da universidade pública brasileira. Isso é ponto fundamental e que está pautado na proposta do Andes para a universidade brasileira, ou seja no famoso Caderno 2.

Penso que o sindicato não fez nem o sindicalismo generalista nem o especificista. A proposta de atuação sindical do Andes é no sentido de articular tanto as reivindicações específicas como as reivindicações gerais dos trabalhadores. Temos bandeiras específicas e ao mesmo tempo, enquanto servidores públicos e enquanto docentes, temos bandeiras mais gerais. A sabedoria está justamente em saber coadunar as duas posições. É claro que nós temos nossa pauta específica nos setores das federais e das estaduais.

Gostaria também de fazer uma distinção entre as universidades públicas e as particulares, que com exceção a algumas poucas universidades particulares confessionais, a

grande maioria não passa de supermercado de ensino; fábrica de diploma. Porém, as universidades brasileiras só têm uma espécie de má fama por parte dos governantes.

Há pesquisa recente colocando as universidades públicas entre as instituições de maior respeitabilidade frente aos olhos da população. Isso é interessante: enquanto o governo xinga, procura massacrar e desqualificar a universidade pública, a população ainda vê essa universidade pública como uma insti-

mos, é que, embora com todas as dificuldades – falta de recursos, salários defasados, mecanismos de privatização interna muito grandes –, temos de desenvolver uma luta cotidiana no sentido da sua afirmação.

É claro que só vamos conseguir manter o padrão de excelência das universidades públicas brasileiras com recursos governamentais, que na verdade são recursos da população. As universidades são financiadas pela população e nós queremos essa uni-

mação do saber, do ensino e da produção científico-artístico-literária no Brasil. Nos parece que isso é importante pelo fato de que a atual política do governo, dita modernizadora e no limiar do futuro, na verdade não é o limiar de nada. É o limiar da destruição da universidades, da manutenção dos poucos centros de excelência, enquanto que as outras serão relegadas à vala comum dos escolões de terceiro grau. É contra isso que nos batemos.

A universidade pública brasileira ainda não é a universidade dos nossos sonhos, mas a universidade dos nossos sonhos não passa pela privatização, precarização e inserção cada vez mais perversa na lógica e nas leis do mercado. Queremos afirmar o caminho de construção, aperfeiçoamento e transformação dessa universidade pública brasileira nesses próximos dois anos, estabelecendo uma diretriz política para nossa categoria no sentido de que ela veja que ainda é possível lutarmos para obtermos conquistas sociais significativas. Queremos não só a manutenção desta própria universidade, como também a ampliação dos direitos sociais e a melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Enxergamos a universidade como um instrumento para essa luta por uma vida melhor.

O Andes é um sindicato que demonstra um vigor em seu interior, com seus congressos, Conads, reuniões de setores e GTs. É um sindicato que tem um conjunto de atividades expressivas e articuladas com a sociedade.

Luiz Carlos Soares

Andes-AD

Fabricsa Osanai



Luiz Carlos Soares (UFF) - presidente
Edmundo Fernandes Dias (Unicamp) - 1º vice
Oswaldo Coggiola (USP) - 2º vice
Maria do Perpétuo S.S. Reis - (PUCSal) 3º vice
Márcio A. de Oliveira (UFJF) - secretário-geral
Luiz Henrique Shuch (UFPel) - 1º secretário
Francisco José Pinheiro (UFC) - 2º secretário
Maria B. Nóbrega (UFPB/JP) - 3º secretária
Mária Dirlene Marques (UFMG) - 1ª tesoureira
Almir S. M. Menezes Filho (UFRN) - 2º tesoureiro
Flávio Bezerra de Farias (UFMA) - 3ª tesoureira

tuição que merece ser respeitada. Isso quer dizer que a universidade pública não tem problemas? Claro que tem. A universidade pública tem problemas muito sérios, principalmente oriundos da falta de verbas e recursos, e do massacre salarial dos docentes. Esse massacre, nas universidades particulares é praticamente uma regra geral. São professores horistas trabalhando em regime completamente precarizado e sujeitos ao tacape das mantenedoras. Em termos da universidade pública, o que ve-

versidade pública, gratuita e de qualidade articulada com os interesses da grande maioria do povo brasileiro, com uma inserção social tanto na sua fase relacionada ao ensino quanto na sua fase relacionada à pesquisa e à extensão.

A universidade tem de ter um compromisso social; nós, inclusive com base na proposta do Andes, defendemos uma avaliação institucional qualitativa que tenha a sua interface com a sociedade. Só essa universidade é que realmente vai se colocar como a possibilidade de uma transfor-

eleição no Sindicato Nacional

eleger a nova diretoria do Andes para a gestão 1998-2000. Eleito em Porto Alegre, Luiz Carlos Soares (UFF) representa a oposição 2". Leia, abaixo, depoimentos que eles prestaram a Marcos Cripa.

A primeira coisa que devemos analisar é que o movimento docente está esvaziado. As assembleias são pouco representativas, o que significa que, num Congresso como o de Porto Alegre, as decisões não representam discussões vindas dos professores e sim decisões de um grupo de militantes que depois deverá se empenhar para convencer os demais professores a adotar essas decisões.

Quando surgiu, o Andes era uma entidade extremamente representativa, não só do chamado movimento docente, mas da universidade como um todo. O sindicato se tornou porta-voz da inquietação que havia no interior das universidades. Acontece que com o tempo ele se burocratizou e houve uma distorção no sentido de sindicato aplicado à universidade. Imaginávamos que o Andes transformado em sindicato seria um elemento de crítica. Ocorreu o inverso, ocorreu uma assimilação acrítica dos valores de um sindicalismo corporativo que procura se legitimar ideologicamente através de um discurso doutrinário que não tem nenhum significado prático. Com isto, o Andes se descaracterizou.

Nós, da oposição, entendemos que é necessário abandonar um discurso que é pretensamente mobilizador em relação às causas gerais, que é, na realidade, um discurso imobilista. Ele não propõe nenhuma ação concreta e efetiva para os professores no sentido de superar a crise atual da universidade, especialmente a da universidade pública. Entendemos, ainda, que é necessário abandonar a postura conserva-

cionista de que a defesa da universidade pública significa a defesa do status quo atual das universidades estatais.

O estatuto autárquico dessas universidades, hoje não serve mais. Ele é um estatuto que estrangula a universidade. Então, temos de ter uma postura ofensiva e propositiva que permita pensar uma nova forma de configuração da universidade pública. Uma nova forma de articulação com o Estado e com a sociedade, com os movimentos sociais organizados.

bre seus interesses. Eles se voltam hoje para a universidade em busca de soluções, respostas para os mais diversos problemas. A universidade deve ser preparar para, respondendo esses problemas e buscando estas soluções, fazer com que esses grupos sociais adquiram um novo grau de consciência sobre sua vida e sobre os problemas sociais que eles enfrentam hoje. Ou seja, é necessário fazer com que as reivindicações, por exemplo, por reforma agrária ou por melhores condições

tre a universidade e os movimentos sociais.

Nós, enquanto sindicato docente, podemos contribuir para a afirmação da democracia e podemos evoluir na construção de um projeto democrático e popular, não apenas através da luta pelos nossos interesses corporativos, mas através da discussão e da crítica sobre os valores que compõem a nossa identidade profissional.

Em relação aos docentes das universidades federais, defendemos, um reajuste imediato que recomponha, ainda que emergencialmente, os valores salariais e impeça a perda de professores.

No caso das universidades estaduais, defendemos a generalização de um padrão de trabalho universitário que possa ter como referência, em geral, o padrão de trabalho universitário das universidades federais e em especial da Universidade de São Paulo. Defendemos também a autonomia dos sistemas universitários estaduais.

Em relação às universidades particulares, defendemos a estabilidade no emprego, a progressiva adoção de planos de carreira que superem esse regime de trabalho de professores horistas, a progressiva adoção do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e aprovamos a exigência oriunda da atual LDB, de percentuais mínimos de qualificação docente nas universidades particulares, defendendo que os investimentos que possibilitem essa qualificação venham, sobretudo, das mantenedoras do ensino privado.

Renato de Oliveira

Oposição 2

Renato de Oliveira (UFRGS) - presidente
 Dalton Macambira (UFPI) - 1º vice
 Aníbal Sanchez Moura (UERJ) - 2º vice
 Francisco Jaime Mendonça (UFPE) - 3º vice
 Osmar Marchese (Unicamp) - secretário-geral
 Ciomara Peres (UFMG) - 1ª secretária
 Claudete Fuedes (UFPB/JP) - 2ª secretária
 Milton Muniz (UFSC) - 3º secretário
 Márcio F. Pereira (UFG) - 1º tesoureiro
 Aurélio Lacerda (UFBA) - 2º tesoureiro
 Otávia Rodrigues (UFMG) - 3ª tesoureira



Fabrício Osmani

Bem ou mal, houve um processo de democratização no país. As instituições formais são resultados de um processo de superação da ditadura militar. Isto implica em repensar a relação da universidade com essas instituições, de forma a fortalecer a própria possibilidade de democracia política no país. De outro lado, existe um processo de enriquecimento das demandas sociais. A sociedade brasileira, hoje, é mais madura, mais esclarecida no que diz respeito à consciência que cada grupo social tem so-

de trabalho na indústria, se transformem numa reivindicação por cidadania. É necessário fazer com que a luta contra a precarização dos contratos de trabalho se transforme numa luta por afirmação dos direitos de cidadania. Isto só acontece se você fizer com que as reivindicações, que são parciais em si mesmas, se insiram numa cultura política global, para cuja construção o concurso da universidade é fundamental. É por aí que vamos construir um novo elo entre a universidade e a sociedade, en-

Professores protestam contra novas regras da Previdência



Fabricio Osama

No dia 10 deste mês, véspera da votação da reforma da Previdência, os docentes que participavam do Congresso do Andes deixaram o Salão de Atos do UFRS, onde estavam reunidos em plenária, e em passeata se dirigiram ao centro de Porto Alegre para participar de uma manifestação em defesa da Previdência e dos trabalhadores (foto).

O slogan do Congresso do Andes "Universidade, nada mais a perder, todo um mundo a ganhar" tomou as ruas centrais da capital gaúcha. Na Esquina Democrática - principal local de manifestações públicas da cidade - os professores se juntaram a aposentados, operários e comerciários que participavam do ato coordenado pela CUT/RS.

Maria Cristina de Moraes, presidente do Andes, denunciou o desmonte das universidades e conclamou a população a combater a reeleição do presidente Fernando Henrique. Cristina alertou, ainda, para a importância dos professores irem à rua se posicionar contra o atual governo. Ao final de seu pronunciamento, a presidente do Andes leu Moção do XVII Congresso contra as reformas da Previdência e administrativa. Segundo o documento aprovado em plenária, os principais objetivos dessas propostas são fragilizar os trabalhadores e suas entidades representativas, reduzir a quantidade e qualidade dos serviços públicos e, conseqüentemente, aumentar o poder e favorecer os interesses das grandes empresas

Reforma é aprovada

Apesar das manifestações ocorridas em todo o país, no dia 11 o Congresso Nacional aprovou em primeiro turno a reforma da Previdência. A nova lei cria a idade mínima para aposentadoria: 55 anos para as mulheres e 60 para os homens. O tempo de contribuição sobe de 25 para 30 anos para as mulheres e de 30 para 35 anos para os homens. Vale o tempo de contribuição para o INSS e não

mais o de serviço. A aposentadoria integral dos funcionários públicos fica limitada aos que ganham até dez salários mínimos. Hoje vale para todos. Regra de transição estabelece idade mínima de 53 anos para homens e 48 para mulheres. Quem pode se aposentar pelas leis atuais, antes da emenda ser promulgada, conserva todos os direitos de hoje mesmo depois que as mudanças entrarem em vigor.

O que muda para os docentes

Os professores em atividade deverão cumprir as mesmas regras de transição para o novo regime previstas para os demais segurados. Para obter o benefício terão de aumentar em cinco anos o tempo de contribuição, que vai passar de 25 para 30 anos para a mulher e de 30 para 35 anos para o homem. Além desse tempo maior de contribuição para alcançar o benefício haverá dois obstáculos: um acréscimo de 20% no tempo que falta para a aposentadoria integral e a obrigatoriedade de idade mínima de 48 anos, mulher, e de 53, homens.

Para compensar esse aumento no tempo de contribuição e imposição de idade mínima, o governo decidiu conceder um bônus sobre o tempo já completado para a fase de transição. O professor terá o direito a um acréscimo sobre o tempo de serviço completado até a data de promulgação da emenda, que será de 17%, no caso de homens, ou de 20%, no de mulheres.

Exemplo: uma professora com 20 anos de magistério e 45 anos de idade na mudança da lei. Automaticamente, ela terá um acréscimo de 4 anos (20% de 20 anos) no seu tempo de serviço e passará a contar com 24 anos de trabalho até o momento da promulgação da emenda. Em seguida, vai para a regra de transição, que prevê o acréscimo de 20% no tempo que falta para a aposentadoria integral após 30 anos de contribuição. Portanto, faltariam 6 anos para ela se aposentar. Com o acréscimo de 20% no tempo que falta, ela terá de trabalhar por mais 7 anos e 2 meses e poderá aposentar-se após 27 anos e dois meses de contribuição e 52 anos de idade.

O Estado de S.Paulo, 18/02/98.

Sindicalismo busca saída para a crise

Buscar saída para a crise que vive o movimento sindical foi a tônica dos seminários realizados dia 7 de fevereiro, antecedendo a plenária de abertura do XVII Congresso do Andes. Professores e sindicalistas da CUT debateram os temas "Concepção, Estrutura e Prática Sindical" e "Movimento Sindical e Docente".

As conclusões apontam para o fato de o neoliberalismo ter invadido as universidades e os sindicatos. O resultado, não poderia ser pior: degrada a identidade de classes e impede a mobilização das categorias. Na opinião dos integrantes das duas mesas, as relações de trabalho que acompanham o ritmo frenético da era globalizada reproduzem as políticas neoliberais no interior das instituições sociais.

Sindicatos pretendem reunir um milhão de assinaturas para o PNE

Comitês em todo o país estão sendo formados para coletar assinaturas, a fim de que o Plano Nacional de Educação (PNE), consolidado no II Congresso Nacional de Educação (Coned), passe a tramitar na Câmara dos Deputados como projeto de lei de iniciativa popular. A Adusp também está engajada nesta luta e seus diretores estarão fazendo circular o abaixo-assinado nos campi da USP nas próximas semanas. Cópias do abaixo-assinado estão disponíveis nas sedes da Adusp e da regional do Andes em São Paulo.

Esse encaminhamento foi tomado na primeira reunião do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública realizada em Brasília nos dias 22 e 23 de janeiro. Onze entidades integrantes do Fórum - entre elas, o Andes - estavam presentes ao encontro.

Os fóruns estaduais e municipais de Defesa da Escola Pública serão os responsáveis pela adesão da população ao projeto. De acordo com o regimento da Câmara, são necessárias um milhão de assinaturas para a tramitação. As entidades do Fórum pretendem que sua transformação em projeto de lei traduza-se numa grande mobilização em defesa do PNE elaborado democraticamente pela sociedade.

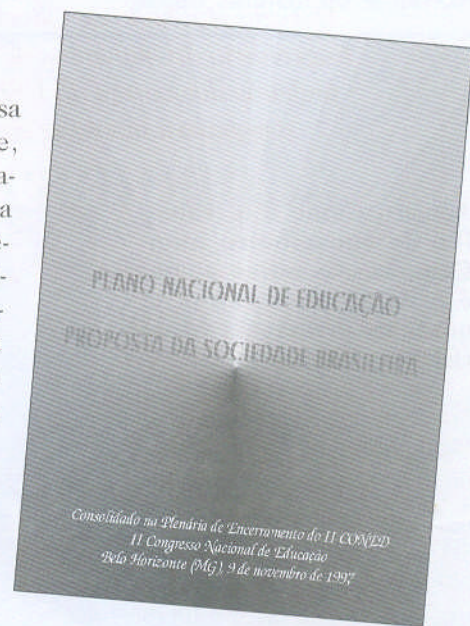
Na reunião em Brasília foram acertadas, ainda, estratégias de divulgação do PNE. O Fórum quer ressaltar para a opinião pública que o PNE popular foi construído antes da proposta do governo, sendo apresentado à sociedade e ao Congresso Nacional antes do prazo constitucional de 23 de dezembro - ao contrário da proposta governamental.

Marcha

A marcha em defesa da educação, saúde, emprego, terra, moradia e trabalho, outra atividade decidida pelo Fórum, será articulada com outros setores da sociedade, a exemplo da CUT, do MST, dos sindicatos, da CNBB, dos partidos políticos e dos movimentos populares. Assim, a data da manifestação será marcada apenas depois das discussões com esses segmentos.

De acordo com entendimento ocorrido na reunião do Fórum, a marcha deverá marcar a entrega do primeiro lote de assinaturas à Câmara. As entidades frisam que o número do título eleitoral (e as respectivas zona

e seção) é uma das informações necessárias para a assinatura ao projeto. Até maio, o Fórum fará reuniões mensais para encaminhar as atividades relativas ao PNE popular e também para acompanhar e analisar a proposta do governo.



Errata

Contrariamente ao que foi publicado no Informativo Adusp nº 30, de dezembro de 1997, o professor Carlos Júlio Laure *participou* do debate como candidato a prefeito do campus de Ribeirão Preto, realizado dia 15 de maio de 1995.

Adusp

Diretoria:

Jair Borin, Osvaldo Coggiola,
Marcos N. Magalhães,
Iraci Palheta, Ildo Luís Sauer,
Líghia B. Horodyski-Matsushigue,
José Moura Gonçalves Filho,
Paulo Y. Kagayama,
Antonio César Fagundes,
Jairo Kenupp Bastos, Ires Dias.

Editor:

Marcos Luiz Cripa vd
imprensa@adusp.org.br

Projeto Gráfico:

Argeu Godoy
Edição de arte e diagramação:
Luís Ricardo Câmara
Secretaria: Alexandra Carillo e
Aparecida de Fátima dos Reis Paiva
Distribuição: Marcelo Chaves
e Walter dos Anjos

Tiragem: 6.500 exemplares

Periodicidade: mensal

Filmes: Bureau Bandeirante

Impressão: Gráfica Poolprint

Adusp-S.Sind.: Av. Prof. Luciano
Gualberto, trav. J, nº 374
Cidade Universitária - São Paulo - SP
CEP 05508-900
Tel: (011) 813-5573
Fax: (011) 814-1715
e-mail: adusp@adusp.org.br

Resumo do Relatório da Tesouraria

Janeiro de 1998

| | | |
|--|------------|-------------------|
| Saldo de Dezembro: | R\$ | 862.316,51 |
| Contribuição Sócios | R\$ | 80.938,96 |
| Repasse Andes-SN | R\$ | 16.159,03 |
| Contribuição Líquida | R\$ | 64.779,93 |
| 1. Receitas | | |
| 1.2. Rendimentos Aplic. Financ. | R\$ | 2.048,73 |
| 1.3. Outras receitas variáveis | R\$ | 1.277,89 |
| Disponível | R\$ | 930.423,06 |
| 2. Despesas | | |
| 2.1. Pessoal/Encargos Sociais/13º/Férias | R\$ | 26.978,77 |
| 2.2. Manutenção da Sede | R\$ | 9.354,40 |
| 2.3. Comunicação | R\$ | 17.878,35 |
| 2.4. Eventos | R\$ | 271,20 |
| 2.5. Outros | R\$ | 5.659,28 |
| Total Despesas | R\$ | 60.142,00 |
| Saldo de Janeiro | R\$ | 870.281,06 |
| 3. Ativo Financeiro | | |
| 3.1. Aplicações em RDB + FBN | R\$ | 867.542,34 |
| 3.2. Conta Corrente | R\$ | 724,19 |
| 3.3. Caixa Secretaria | R\$ | 2.014,53 |
| Total do Ativo Financeiro | R\$ | 870.281,06 |

Conselheiros falam de salários, eleição de prefeitos e contratos precários

Marcelo Machado de Oliveira Ribeiro e Evaldo L. Titto, conselheiros da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos de Pirassununga, defendem consulta à comunidade para a indicação dos prefeitos dos campi da USP. Em Pirassununga já existem candidatos declarados e a comunidade demonstra interesse em escolher um professor de uma das duas faculdades lá instaladas.

Adusp - Como é o trabalho de conselheiro num Campus específico como é o de Pirassununga e quais as principais insatisfações dos docentes?

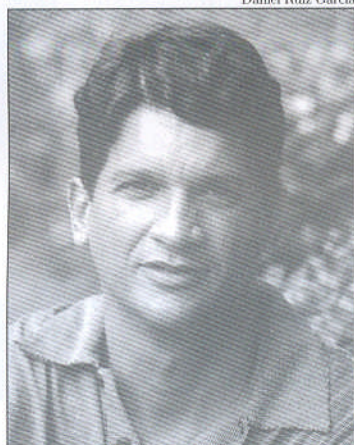
Marcelo - A comunidade de Pirassununga é muito pequena, 57 docentes, por isso nosso contato é pessoal. É inegável que a preocupação principal é com relação ao salário, uma vez que é um problema constante e crescente. A questão dos contratos precários está sempre em pauta. Uma terceira preocupação é em conseguir uma maior integração com a USP como um todo. Outro ponto que também sempre está em pauta é o da saúde que tem um andamento muito específico. Existem alguns convênios em Pirassununga, mas nos casos de maior gravidade temos de nos dirigir ao HU de São Paulo.

O novo reitor vai resolver os problemas de baixos salários e dos contratos precários?

Titto - Sentimos uma total falta de perspectiva de que esse ou aquele reitor vá fazer mudanças significativas no sentido de recuperar as perdas salariais históricas. Não se tem ilusões à respeito disso e essa desilusão se reflete no fato de as pessoas ficarem esperando uma flexibilização de RDIDP mais efetiva para poder prestar alguma assessoria fora da USP. O ideal seria podermos contar com uma efetiva recuperação salarial.

E com relação aos contratos precários?

Titto - São a nossa vergonha! Não têm embasamento legal;



Daniel Ruiz Garcia

Marcelo Machado

são totalmente contrários à lei. Temos conversado há anos a respeito disso. A própria Adusp fez vários movimentos em torno da questão. Há necessidade de se caminhar para encontrar uma solução para este sério problema da universidade.

De que maneira vocês pretendem intervir na discussão para a indicação do prefeito do Campus de Pirassununga?

Marcelo - O Conselho do Campus vai elaborar a lista tríplice para ser encaminhada ao reitor. Este Conselho tem representação das duas faculdades que hoje estão presentes no campus, e isto, sem dúvida, já abriu na universidade um debate sobre quem seriam os prováveis candidatos, que interesses eles têm, e qual candidato atende mais aos interesses da comunidade.

É inegável, para nós, que é importante encontrar um nome que faça com que o processo de relação entre as duas escolas continue avançando. Essa é uma preocupação que penso ser de toda a comunidade de Pirassununga. É claro também, que dessa vez há



arquivo pessoal

Evaldo Titto

uma mudança do perfil do docente em Pirassununga. Isso já é uma diferença muito grande em relação à última eleição. O que nós esperamos, nesse momento, é que possa haver uma real participação da comunidade, inclusive oferecendo candidatos.

O que vocês conselheiros podem fazer para contribuir com esse debate?

Marcelo - Nossa intenção é fazer com que as pessoas percebam que têm condição de interferir no processo. Nesse momento, os candidatos ainda não se apresentam dispostos a participar de debates, não há uma campanha muito aberta. É claro que se houver uma pressão mais efetiva da comunidade a campanha tende a se abrir. Nossa intenção, portanto, é a de criar sistemas de consultas para fazer com que o indivíduo coloque sua campanha na rua. Se ele não se dispuser a apresentar um programa de trabalho, uma proposta de ação, dificilmente terá o nome indicado pela comunidade.

Creio que a Adusp, nesse momento, pode contribuir conosco criando esses meca-

nismos de consulta. Podemos, inclusive, estimular as outras categorias, tanto alunos como funcionários, a fazerem o mesmo processo

O que falta para integrar o campus de Pirassununga ao restante da USP?

Titto - Existe uma noção muito clara entre os docentes e alunos de Pirassununga que nós não temos uma vida de campus. Temos vários laboratórios bem instalados, criação de animais que são essenciais para os dois cursos, e condições para formar pessoal e fazer pesquisa. Porém, em relação à vida cultural de campus em todos os seus sentidos, ainda estamos engatinhando. Um dos anseios da comunidade é a instalação de outros cursos superiores. Há o anseio e todas as condições, falta um pouco mais de verba, vontade política e respaldo do CO.

Marcelo - Penso como o Titto. Acho que o maior entrave para nossa integração mais efetiva é mesmo a sub-utilização do campus. Não dá para imaginar um campus diferente dos demais. Precisamos pensar num campus com os mesmos recursos e acesso às mesmas coisas que os outros têm.

A eleição de um prefeito que seja indicado pela própria comunidade pode contribuir para atingir esse objetivo?

Marcelo - Eu penso que sim. Talvez possamos, com a eleição desse prefeito - o terceiro desde a instalação do campus de Pirassununga -, caminhar no sentido de que a nossa comunidade possa vir a ter as mesmas condições oferecidas nos outros campi.